

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disso, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela da Silva e Silva - Técnica em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;

Josué de Brito Chaves - Estagiário; e

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....

Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Camila Veloso

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 98ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal **LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023**, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Outro destaque a nível federal foi a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023**, que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Já na esfera estadual, O Governo do Estado do Pará publicou a **LEI Nº 9.880, DE 27 DE MARÇO DE 2023**, que dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará, bem como revoga as Leis Estaduais nºs 6.872 e 6.873, ambas de 28 de junho de 2006. Ademais, também importa salientar publicação da **LEI Nº 9.886, DE 3 DE ABRIL DE 2023**, que dispõe sobre a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).

No "PRODUTOS NEL" desta edição, enfatizamos a Norma em Destaque da Criação da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).

No "FIQUE DE OLHO", indicamos a seleção para Mestrado e Doutorado promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PgAGRO) da Universidade Federal Rural do Estado do Pará (UFRA) para o Campus de Belém, com início do curso em 15 de maio de 2023. Nesse viés, também recomendamos o curso Planejamento Governamental alinhado à Agenda 2030, promovido pela Rede ODS Brasil, com iniciativa da prefeitura de Barcarena/PA.

No "NEL INDICA", recomendamos a leitura do livro "O Pequeno Livro do REDD+". É um guia de propostas governamentais e não governamentais para a redução de emissões por desmatamento e degradação, elaborado pelo Global Canopy Programme que realiza pesquisas, dentre outras temáticas, sobre a conservação das copas florestais em todo o mundo.

No "SEMAS NA MÍDIA", tem-se o Projeto "Realiza Pará", Projeto ambiental apresentado pelo governo do Estado e desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) selecionado para receber recursos do Fundo Floresta.

No "EVENTO SEMAS" desta edição, destacamos a 2ª Oficina de Liderança da SEMAS. O evento reuniu líderes e gestores da Secretaria, e teve como objetivo realizar um prestação de contas do ano de 2022 e capacitar o time da SEMAS.

Por fim, a Equipe do Núcleo de Estudos Legislativos deseja uma Feliz Páscoa a todos, que o amor de Cristo ilumine os corações e seja um momento para elevar a fé, celebrar com união e refletir sobre o verdadeiro significado da data.



Feliz Páscoa !

Equipe Nel

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.539, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

LEI Nº 14.542, DE 3 DE ABRIL DE 2023. Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

LEI Nº 14.543, DE 3 DE ABRIL DE 2023. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro.

LEI Nº 14.546, DE 4 DE ABRIL DE 2023 Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico), para estabelecer medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas de chuva e de reúso não potável das águas cinzas.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.165, DE 20 DE MARÇO DE 2023. Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.



NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.166, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

DECRETO Nº 11.442, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas.

DECRETO Nº 11.443, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 11.444, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da proposta do Plano Juventude Negra Viva.

DECRETO Nº 11.445, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial do Cais do Valongo.

DECRETO Nº 11.446, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Igualdade Racial, com a finalidade de apresentar proposta para o desenvolvimento de Programa de Enfrentamento do Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros no Brasil.

DECRETO Nº 11.447, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.451, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Institui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

DECRETO Nº 11.453, DE 23 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

DECRETO Nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

RESOLUÇÃO ANP Nº 920, DE 4 DE ABRIL DE 2023 Estabelece a especificação do biodiesel e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem o produto em território nacional.

RESOLUÇÃO ANP Nº 921, DE 4 DE ABRIL DE 2023 Altera a Resolução ANP nº 791, de 12 de junho de 2019, que dispõe sobre a individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), para inclusão de previsão de redução da meta anual individual definitiva em decorrência da comprovação de aquisição de biocombustíveis por meio de contrato de fornecimento de longo prazo.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA MMAMC Nº 10, DE 17 DE MARÇO DE 2023. Em atendimento ao parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, o Ibama divulga lista atualizada de classificação das substâncias nocivas ou perigosas de acordo com o risco produzido quando descarregadas na água baseada, com mesmo rigor e completude, na listagem do Código Internacional de Produtos Químicos a Granel - IBC Code adotada pelo Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios - Marpol 73/78 atualizada pela emenda MEPC.318(74) do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da Organização Marítima Internacional (IMO), promulgada pelo Decreto nº 10.984, de 7 de março de 2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 12, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

PORTARIA MIDR Nº 1.117, DE 17 DE MARÇO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mojuí dos Campos - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA SDA Nº 766, DE 17 DE MARÇO DE 2023 (*). Submete à Consulta Pública a proposta de Decreto que Regulamenta o Decreto-Lei nº 917, de 07 de Outubro de 1969, que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no país.

PORTARIA MAPA Nº 567, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, e o Comitê Permanente de Qualidade de Vida no Trabalho.

PORTARIA GM/MS Nº 299, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Institui estratégia de mudança tecnológica para controle e eliminação do câncer do colo do útero, no âmbito da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, dentro do Sistema Único de Saúde - SUS.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 89, DE 22 MARÇO DE 2023. Institui o Grupo Estratégico Ambiental AGU-Recupera, no âmbito da Advocacia-Geral da União, para atuação em demandas judiciais prioritárias da União, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, que tenham por objeto a proteção e a restauração dos biomas e do patrimônio cultural brasileiros.

PORTARIA ICMBIO Nº 565, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023. Cria, no âmbito do ICMBio, a Rede Brasileira de Atendimento a Encalhes e Informação de Pinguins - REPIN.

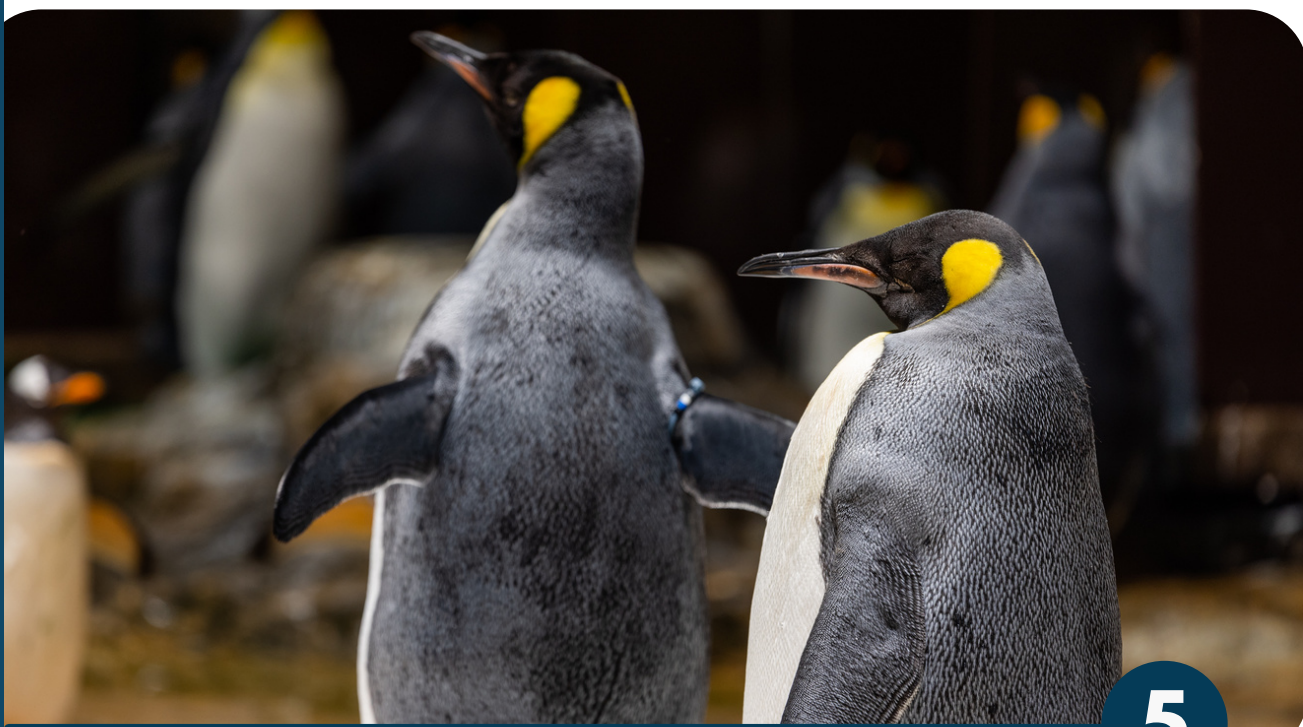
PORTARIA MJSP Nº 337, DE 23 DE MARÇO DE 2023. Institui, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, Grupo de Trabalho com a finalidade de propor medidas intersetoriais voltadas à promoção do acesso a direitos para mulheres, no âmbito da política nacional sobre drogas.

PORTARIA MIDR Nº 1.205, DE 24 DE MARÇO DE 2023. Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE

PORTARIA ICMBIO Nº 596, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023. Aprovar, nos termos e condições definidos no anexo desta portaria, o Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário tendo por detentora a Cooperativa Mista da Flona Tapajós (COOMFLONA), para uma área total de manejo de 31.208,5087 hectares, localizada no interior da Floresta Nacional do Tapajós.

PORTARIA MAPA Nº 572, DE 29 DE MARÇO DE 2023. Estabelece, em todo o território nacional, medidas preventivas em função do risco de ingresso e de disseminação da influenza aviária de alta patogenicidade no país.

PORTARIA MMAMC Nº 66, DE 31 DE MARÇO DE 2023 Aprova o Plano de Ação em Governo Aberto do Ibama para o compromisso "Meio Ambiente, Floresta e Dados Abertos", e dá providências para seu cumprimento.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MPA/MMAMC Nº 2, DE 28 DE MARÇO DE 2023

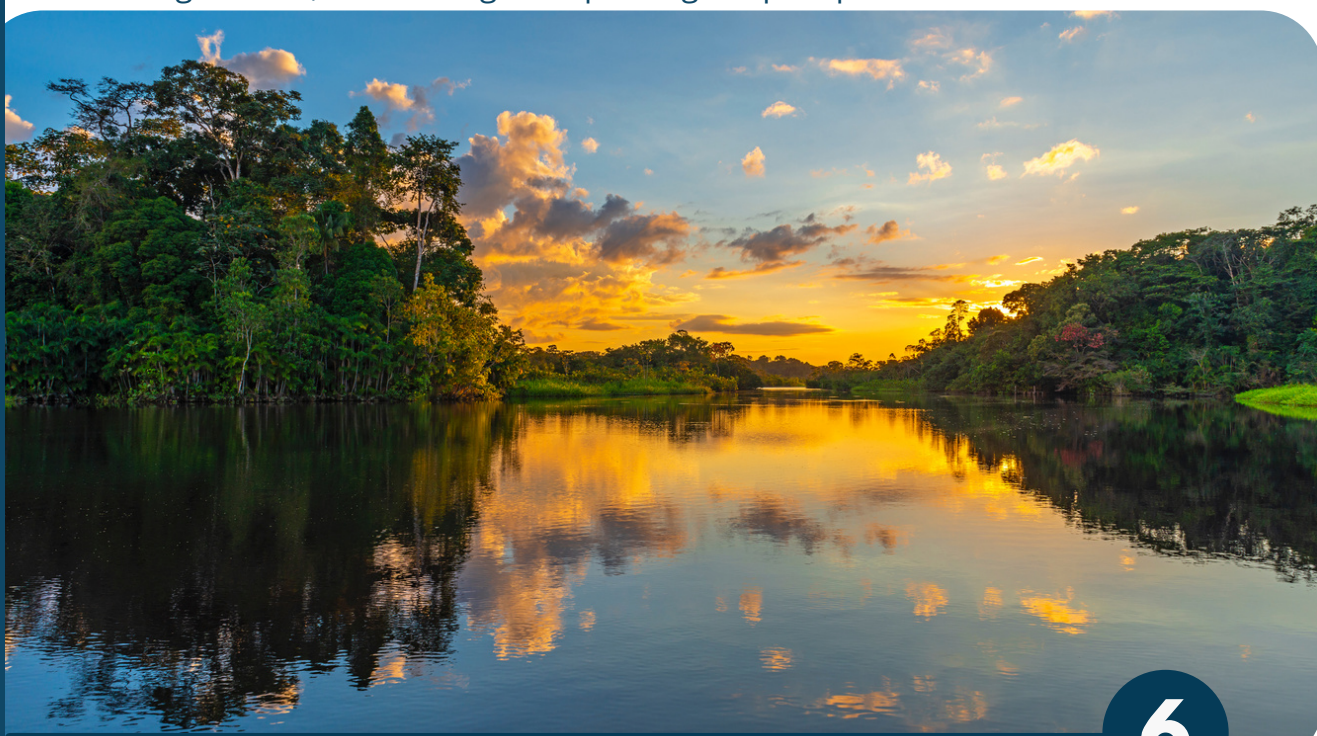
Estabelece para o ano de 2023 o limite de captura das espécies Albacora branca (*thunnus alalunga*), Albacora bandolim (*thunnus obesus*) e Espadarte (*xiphias gladius*) no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e nas águas internacionais para embarcações de pesca brasileiras.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Altera a Resolução CNPE nº 16, de 29 de outubro de 2018, que dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, e dá outras providências.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 14, DE 2023. A Medida Provisória nº 1.150, de 23 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2023. A Medida Provisória nº 1.151, de 26 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2023. A Medida Provisória nº 1.157, de 1º de janeiro de 2023, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no dia 2, do mesmo mês e ano, que "Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.877, DE 20 DE MARÇO DE 2023. Dispõe acerca da obrigatoriedade dos hospitais e maternidades públicas e privadas, no âmbito do Estado do Pará, de prestarem orientações para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascido.

LEI Nº 9.878, DE 20 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adequados ou adaptados para crianças portadoras de deficiência, em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no Estado do Pará.

LEI Nº 9.880, DE 27 DE MARÇO DE 2023*. Dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará; e revoga as Leis Estaduais nºs 6.872 e 6.873, ambas de 28 de junho de 2006.

LEI Nº 9.882, DE 31 DE MARÇO DE 2023. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

LEI COMPLEMENTAR Nº 161, DE 27 DE MARÇO DE 2023. Cria a Fundação Rádio e Televisão Assembleia Legislativa do Pará (FRTPA).

LEI COMPLEMENTAR Nº 162, DE 27 DE MARÇO DE 2023. Cria a Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (FELEPA), nos termos do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional no 19/1998, nos arts. 21, caput, e 91, inciso IX, da Constituição do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 27 DE MARÇO DE 2023. Extingue parcelas devidas aos Procuradores do Estado e as incorpora ao valor do vencimento-base da carreira; e altera a Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002.



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.886, DE 3 DE ABRIL DE 2023. Dispõe sobre a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).

LEI Nº 9.887, DE 3 DE ABRIL DE 2023 Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Convalida o Decreto Legislativo no 01/2023, de 12 de janeiro de 2023.

DECRETO Nº 2.956, DE 20 DE MARÇO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.939, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 2.961, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 115/2023, de 28 de fevereiro de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Xinguara, que declara "situação de emergência", em virtude de enxurradas, em áreas daquele Município.

DECRETO Nº 2.962, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Homologa o Decreto Municipal nº 381, de 20 de março de 2023, editado pelo Prefeito Municipal de Marabá, que declara "situação de emergência", em virtude das inundações nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 2.973, DE 30 DE MARÇO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 2.939, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional; e altera o Decreto Estadual nº 2.940, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 2.974, DE 30 DE MARÇO DE 2023. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.370, de 3 de dezembro de 2021, que institui o Programa Qualifica Servidor e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

DECRETO DE 30 DE MARÇO DE 2023. Reconduzir, para o biênio 2023-2025, para integrar o Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA).

RESOLUÇÃO Nº 01/2023-PR. Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Anual do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Exercício 2023, por superávit financeiro apurado no exercício de 2022, no valor total de R\$ 4.756.248,43 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos).

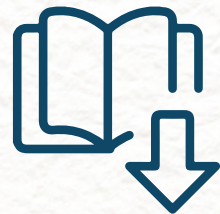
PORTARIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Nº 184/2023-PGE.G, DE 21 DE MARÇO DE 2023. Aprova o “Manual de Fase Preparatória de Contratação Pública” elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que contém as minutas padronizadas.

PORTARIA SEMAS Nº 102, DE 23 DE MARÇO DE 2023. Dispõe sobre a substituição de Representante do Conselho Gestor da APA Metropolitana de Belém.

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL PORTARIA Nº 01-2023 SECEX/CAL. Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.



PRODUTOS NEL



NORMA EM DESTAQUE

LEI Nº 9.886, DE 3 DE ABRIL DE 2023

Publicada na edição do dia 04 de abril de 2023 do Diário Oficial do Estado, a Lei dispõe sobre a criação da nova Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará -SEPI.

Da Natureza, Missão e Finalidade

O órgão da administração direta, vinculada ao Governador do Estado, tem por missão planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas de interesse dos povos indígenas, em consonância com as diretrizes dos órgãos federais, voltadas à promoção, proteção e defesa dos povos originários, no âmbito do Estado do Pará.

A SEPI contará com várias unidades em sua estrutura organizacional para a execução de suas competências institucionais.



Merece destaque o Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI/PA), criado pela Lei Estadual nº 8.611, de 3 de abril de 2018, antes vinculado à SEJUDH. Agora, passará a fazer parte da estrutura da nova Secretaria.



Para acessar a norma na íntegra, clique aqui!

10



PROCESSO SELETIVO - UFRA



Para acessar o edital, [clique aqui.](https://posagronomia.ufra.edu.br/)

A Universidade Federal Rural do Estado do Pará (UFRA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PgAGRO), torna público o Edital com 15 vagas para Mestrado e 10 vagas para Doutorado.

O objetivo é formar recursos humanos qualificados para atuar, sob uma perspectiva empreendedora, em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), desenvolvendo soluções sustentáveis para o agronegócio da região.

Inscrições online: 20 de março a 10 de abril de 2023.

O curso Planejamento Governamental alinhado à Agenda 2030, promovido pela Rede ODS Brasil é uma iniciativa da Prefeitura de Barcarena/PA.

Inscrições online: 28 de março a 10 de abril de 2023

Para acessar o formulário, [clique aqui.](https://bit.ly/plangov2030)

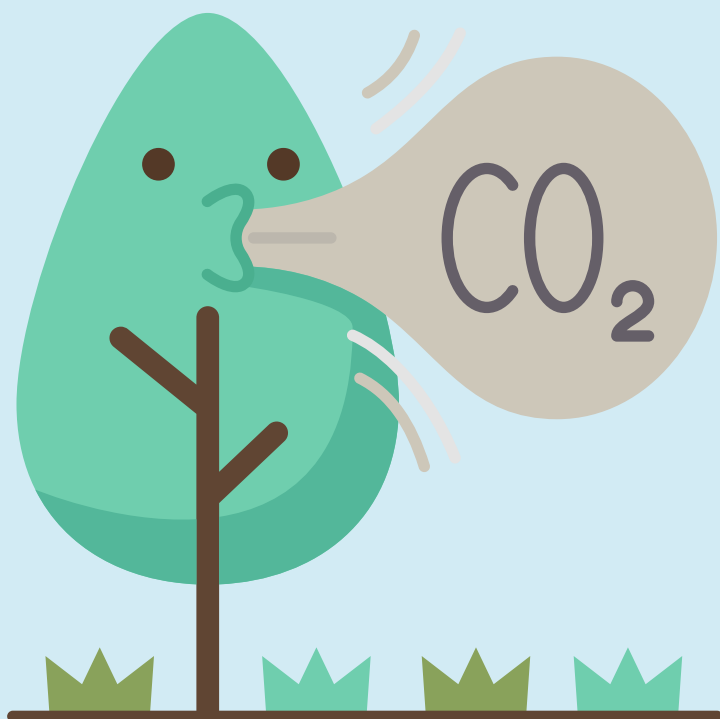


NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



O PEQUENO LIVRO DO REDD+



Este guia reúne a produção e o registro de colaboradores do mundo todo e tem como objetivo ajudar a promover o avanço do debate sobre o desmatamento e a degradação florestal. Para isto realiza uma contextualização histórica sobre as mudanças climáticas e sobre o papel das florestas nesta problemática. Além de abordar as tendências e as propostas para reduzir as emissões por desmatamento e degradação (REDD).

Versão online: www.littleREDDbook.org

PARA CONFERIR O E-BOOK, [CLIQUE AQUI](#)





SEMAS NA MÍDIA



FUNDO FLORESTA

O Projeto **"Realiza Pará"**, apresentado pelo **Governo do Estado e desenvolvido pela Secretaria de de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)**, foi selecionado pelo banco de desenvolvimento alemão Kreditanstalt fuer Wiederaufbau (KfW). Com essa aprovação, cerca de 13 milhões de Euros pelo Programa Fundo Floresta serão destinados ao Estado do Pará.

Os recursos serão utilizados para o investimento em proteção florestal, bem como no controle do desmatamento e apoio à Bioeconomia na região amazônica. A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é a responsável pela gestão financeira, administrativa e legal do Fundo Floresta.

Para conferir a notícia na íntegra, [clique aqui](#).

Fonte: Agência Pará de Notícias

12



EVENTOS SEMAS



Nos dias 29 e 30 de março de 2023, aconteceu a 2ª Oficina de Liderança da SEMAS. O evento reuniu líderes e gestores da Secretaria e teve como objetivo realizar um prestação de contas do ano de 2022 e capacitar o time da SEMAS no que se refere comunicação, trabalho em equipe, feedback, dentre outros temas de relevância para a gestão e projetos deste ano.



Nos dias 30 e 31 de março de 2023, aconteceu a Oficina de Salvaguardas para a construção do Sistema Jurisdicional de Redd+, com a presença da equipe técnica de setores estratégicos da SEMAS que participará da construção do sistema para registro do ART/TREES.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br